
Arranjo familiar e inserção feminina no mercado de trabalho da RMSP na década de 90

-
- Famílias chefiadas por mulheres:
crescimento em todas as faixas
 - Mulheres jovens e adultas:
o diferencial da maternidade
 - Cônjuges e rendimento familiar:
aumenta a participação feminina
 - Mulheres que moram sozinhas:
maior participação no mercado
-

MULHER Trabalho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	6
PERFIL DAS FAMÍLIAS	9
CÔNJUGES NOS CASAIS COM FILHOS	12
CASAL SEM FILHOS	18
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES	23



Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Secretário de Economia e Planejamento
Jacques Marcovitch

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretor Executivo

Flavio Fava de Moraes

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Amaro Angrisano

Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica

Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto de Produção de Dados

Luiz Henrique Proença Soares

Chefia de Gabinete

José Max Reis Alves

Conselho de Curadores

Adroaldo Moura da Silva (Presidente)

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi

Carlos Antonio Luque

Hélio Nogueira da Cruz

Luiz Antonio Vane

Luís Carlos Guedes Pinto

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Neide Saraceni Hahn

Ruben Cesar Keinert

Conselho Fiscal

Eunice Barboza Machado

Fábio Alonso

Ironice da Rocha Silva

Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica

**Gerência de Análise Socioeconômica
e Estudos Especiais**

Paula Montagner (gerente)

Margareth Izumi Watanabe (chefe de divisão)

Ana Clara Demarchi Bellan,

Marcia Halben Guerra (equipe técnica)

Gerência de Métodos Quantitativos

Nádia Dini (gerente)

Susana Maria F. Pereira,

Edna Yukiko (equipe técnica)

Diretoria Executiva

Coordenação de Relações Institucionais

Maria Cecília Comegno

Assessoria de Editoração e Arte

J. B. de Souza Freitas

(MTE 10.477)

Programação Visual

Cristiane de Rosa Meira, Eliane Rios Antonio

Preparação de Texto

Vania Regina Fontanesi, Solange Guerra Martins

Revisão de Texto

Maria Aparecida Andrade, Zenaide Rosa de Jesus

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE

Avenida Cásper Líbero 478 CEP 01033-000

São Paulo SP Fone (11) 3224.1600 Fax (11) 3224.1700

www.seade.gov.br

ouvidoria@seade.gov.br geadi@seade.gov.br

MULHER Trabalho

Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados – SEADE

Flavio Fava de Moraes
(Diretor Executivo)

Conselho Estadual da
Condição Feminina – CECF

Maria Aparecida de Laia
(Presidente)

Departamento Intersindical
de Estatística e Estudos

Sócio-Econômicos – Dieese
Sérgio Arbulu Mendonça
(Diretor Técnico)

Secretaria do Emprego e
Relações do Trabalho – Sert

Fernando Leça
(Secretário)

APRESENTAÇÃO

Este número do *Boletim Mulher & Trabalho* busca analisar a participação feminina no mercado de trabalho na RMSP, ao longo da década de 90, e confirma tendência já detectada: houve considerável aumento da inserção feminina no mercado de trabalho nesse período.

Tal aumento, porém, não ocorreu de forma igual para todas as mulheres, em diferentes situações familiares: a novidade do trabalho apresentado é a tentativa de entender o crescimento da inserção laboral das mulheres em sua relação com o tipo de arranjo familiar (ou, de modo mais apropriado, arranjo doméstico) no qual estão inseridas e a posição que ocupam em tais arranjos. Trata-se de analisar mais uma vez, em uma conjuntura específica, as relações entre trabalho e família, a articulação entre produção e reprodução social, para entender de que modo as injunções do mercado de trabalho interferem na organização da família, alteram as relações de gênero e de geração em seu interior, afetam a distribuição interna de poder e a divisão do trabalho entre os diferentes membros do grupo familiar.

Mas tais fenômenos não devem ser vistos apenas como determinados mecanicamente pelo mercado. São processos de mão dupla, que, de um lado, revelam o inegável peso dos constrangimentos econômicos em uma situação de alto desemprego, e, por outro, correspondem a formas de reação do grupo familiar a estes constrangimentos, reorganizações que buscam conquistar ou preservar uma certa qualidade de vida familiar, projetos de vida, planos para os filhos.

Nessas condições, as mulheres são, seguramente, os membros da família mais afetados. Primeiramente, porque a vida familiar não está sendo afetada apenas por processos econômicos, mas também pelos demográficos e sociais: a redução da fecundidade e da mortalidade e as novas temporalidades familiares vêm alterando profundamente as trajetórias de vida de homens e mulheres. Não há mais uma trajetória padrão e o ciclo vital da família não corresponde mais ao ciclo vital das pessoas. A julgar pelos dados, cada vez mais mulheres jovens, por opção ou por contingência, vivem sozinhas e talvez nunca constituam uma família. Ao contrário, aquelas que ainda jovens integram como cônjuges um núcleo familiar também não têm garantia de que esta situação continue quando estiverem mais velhas. Algumas continuarão na trajetória “esperada” como cônjuges e ainda na primeira união; enquanto outras terão passado pela experiência da dissolução da união e de um novo casamento; podendo ser ainda chefes de família com filhos e sem parceiros. Algumas buscarão no grupo de parentesco o suporte econômico e social para compensar a ruptura da união. E um pouco mais tarde, depois dos 50 anos, quando os filhos adultos tiverem se dispersado, haverá mulheres que partilham com seus parceiros a chamada fase do “ninho vazio”,

outras que, tendo sido cônjuges ou chefes em grupos familiares mais amplos, poderão estar vivendo sozinhas, em função da morte do parceiro ou da dissolução da união, quando não liderarem, elas próprias, grupos de parentes (outros que não os filhos) partilhando a mesma residência. As possibilidades são várias e incertas, perpassadas ainda pelas diferenças de classe social.

Quais os possíveis sentidos do trabalho feminino em tais circunstâncias?

Em primeiro lugar, o trabalho é extremamente necessário à manutenção do grupo familiar. O crescimento das taxas de participação das mulheres cônjuges está associado ao aumento da taxa de desemprego dos chefes masculinos. As mulheres, mesmo envolvidas nas responsabilidades domésticas, estão aumentando sua inserção no mercado de trabalho em boa parte para compensar o desemprego masculino. No caso de mulheres jovens, com filhos pequenos, as dificuldades da dupla jornada de trabalho e da ausência de apoio no trabalho doméstico estão expressas claramente nas diferenças percentuais observadas entre aquelas com um único filho pequeno e as que têm mais de um. As primeiras, aparentemente, conseguem encontrar mais facilmente soluções alternativas para o cuidado dos filhos. As taxas mais altas de participação entre aquelas de mais idade, com filhos mais velhos, reforçam bem a dificuldade de equacionamento entre casa e trabalho, principalmente quando os filhos são pequenos. É significativo o fato de que o desemprego também é mais alto nas cônjuges jovens com filhos. Em uma situação de altas taxas de desemprego e aumento da oferta de trabalho pelo aumento da participação feminina, o fato de ter filhos pequenos aparentemente também coloca a mulher em desvantagem pelos critérios de seletividade do mercado. Assim, não são apenas as desigualdades de gênero no interior da família que dificultam a inserção feminina no mercado de trabalho, mas o mercado utiliza essa responsabilidade maior da mulher com a reprodução para discriminá-la. A situação delineada no final da década na RMSP evidencia claramente que as relações de gênero não têm um *locus* específico na família, mas organizam todas as dimensões da vida social.

Se nas famílias formadas por casais as mulheres compartilham com pelo menos um outro provedor adulto – o homem –, a responsabilidade pela manutenção da casa, no caso dos grupos mães-filhos de chefia feminina (as chamadas famílias monoparentais) a situação talvez ainda seja pior. Mesmo quando podem contar com a ajuda de parentes, elas são as principais responsáveis pelo provimento e pelos cuidados com a casa e com os filhos ainda muito jovens e, nestas condições, sua capacidade de negociação e de barganha fica bastante reduzida. As altas taxas de participação feminina evidenciadas traduzem-se em taxas mais altas de desemprego e, provavelmente, em inserções mais frágeis no mercado de trabalho, expressas nos baixos rendimentos auferidos.

A situação dos casais com filhos e a das famílias monoparentais femininas colocam, de forma imediata, a importância do aumento do investimento público em creches e pré-escolas, não apenas pelo efeito sobre a educação infantil, mas também pelos efeitos sinérgicos na diminuição das desigualdades de gênero em face do mercado de trabalho.

Num flagrante contraste com as situações anteriores, a melhor situação laboral feminina é encontrada entre as mulheres jovens e adultas que moram sozinhas: elas apresentam altas taxas de participação com menores taxas de desemprego e níveis mais elevados de rendimentos. Mas é muito provável que apenas o fato de morarem sozinhas já identifique uma inserção diferenciada no mercado de trabalho – de maior qualificação, maior formalização e estabilidade –, que interfere na trajetória de vida, uma vez que, em função de uma carreira profissional, projetos podem ser postergados ou abandonados.

Enfim, os dados apresentados na comparação 1988/89 e 2000/01 demonstram que o desemprego e a crise não afetam desigualmente apenas homens e mulheres, mas produzem clivagens de inserção também entre as mulheres, profundamente marcadas por sua situação familiar e por sua idade. Que tais clivagens, porém, não sejam interpretadas como falsas diferenças entre mulheres que trabalham porque querem e outras porque precisam. Por motivos vários, as mulheres *querem e precisam* trabalhar e o demonstram claramente na RMSP.

Elizabete Dória Bilac
Pesquisadora do Nepo-Unicamp

INTRODUÇÃO

As edições anteriores do *Boletim Mulher & Trabalho* tiveram como enfoque o mercado de trabalho segundo o gênero, possibilitando observar as tendências do emprego e desemprego da perspectiva individual e de sexo.

Esses estudos revelaram que o aumento da participação das mulheres concentrou-se, principalmente, entre as adultas e as cônjuges, mas não permitiram identificar se tal movimento foi generalizado e independente dos arranjos familiares nos quais essas mulheres se inseriam ou se o tipo de família e a fase da vida dessas mulheres foram determinantes para o comportamento de sua taxa de atividade e de desemprego. Assim, neste boletim, pretende-se focalizar a inserção das mulheres no mercado de trabalho em suas diferentes fases da vida, nos distintos arranjos familiares, segundo sua posição na família, mais especificamente as chefes de família que moram sozinhas (famílias unipessoais), aquelas com filhos sem cônjuges (monoparentais), as cônjuges em casais sem filhos e aquelas nas famílias com filhos,¹ tipos mais recorrentes de arranjo familiar.²

Ao levar em conta a posição na família pretende-se, portanto, investigar se as respectivas atribuições e papéis no contexto familiar permanecem como condi-

cionantes da forma de inserção dos membros da família no mercado de trabalho e, de modo especial, da mulher. Em termos mais específicos, busca-se identificar se a presença de filhos, a idade destes e a posição da mulher na família influenciaram (e até que ponto) a forma e a intensidade de inserção no mercado de trabalho, nos anos 90.

Também é relevante analisar em que medida a reestruturação produtiva e organizacional do período recente, com seus impactos sobre o mercado de trabalho – aumento do desemprego, diminuição do emprego formal, redução da capacidade da indústria em gerar postos de trabalho e ampliação da ocupação nos serviços, comércio e emprego doméstico, além da diminuição dos rendimentos dos ocupados –, afetou a relação família-trabalho e os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho (MONTALI, 1998). Por esse motivo, esse estudo tomou por base as informações dos biênios de 1988/89, período que antecede as transformações mencionadas, e 2000/01, centrando a análise na Região Metropolitana de São Paulo, palco privilegiado dessas transformações econômicas e sociais.

Nesse sentido, o presente estudo considera os aspectos relacionados às mudanças nos tipos de relações familiares esta-

1. Note-se que, a partir da base de dados utilizada, não existe, necessariamente, consanguinidade entre as cônjuges ou chefes mulheres e os filhos residentes, uma vez que estes podem ser seus enteados, filhos adotivos ou de criação.

2. Em todos os tipos de arranjo familiar, à exceção do unipessoal, foi considerada a presença de outros parentes. Entre as famílias monoparentais, aquelas compostas por chefe, filhos e parentes representavam 28,9%. Nos casais sem filhos, essas famílias representavam 10,6% e nas com filhos, as famílias ampliadas correspondiam a 12,6%, em 2000/01.

beleceidas, por forte influência das relações de gênero que as condicionam, no contexto de alterações econômicas, para compreender a dinâmica das relações dos membros da família com o mercado de trabalho, com enfoque nas mulheres chefes e cônjuges.

Vários estudos têm apontado que o modelo de família baseado no chefe provedor mostra-se inviável, pois em conjunturas econômicas desfavoráveis e com a crescente precarização do mercado de trabalho a sobrevivência e/ou manutenção do padrão de vida da família depende cada vez mais de um esforço familiar coletivo, havendo maior divisão entre seus membros para a composição da renda familiar (TELLES, 1989; MONTALI, 1998).

Assim, a ênfase nas cônjuges, nos casais com ou sem filhos, deve-se ao fato de seu papel no âmbito familiar ser fundamental na estruturação da família, por suas atribuições de dona de casa e/ou mãe de família, que até pouco tempo regiam suas identidades e que parecem estar sendo alteradas, dentre outros motivos, pela sua maior inserção no mercado de trabalho,³ uma vez que sua taxa de participação foi a que mais cresceu no âmbito do domicílio entre 1988/89 e 2000/01 (de 37,9% para 52,3% para as cônjuges com filhos, e de 42,7% para 52,1% entre aquelas que não têm filhos).⁴

No caso das chefes mulheres sem

cônjuge com filhos, únicas responsáveis na maioria das vezes pela sobrevivência familiar, sem poder contar com um cônjuge em função de separação, divórcio ou morte do parceiro, e das mulheres que moram sozinhas e em grande parte dos casos são as próprias responsáveis por sua subsistência – tipos de família que também são objeto da análise –, observa-se, ao contrário do que acontece entre os homens na mesma condição, elevação da taxa de participação, que passou no primeiro caso de 57,6%, em 1988/89, para 62,6%, em 2000/01, e no caso das mulheres que moram sozinhas, de 46,2% para 49,2%. Observe-se que neste curto intervalo a taxa de participação das cônjuges aproximou-se expressivamente das mulheres chefes de domicílio.

Entretanto, é preciso observar que a relação entre família e mercado de trabalho não é direta, uma vez que valores culturais e sociais são definidores das possibilidades de seus diferentes componentes, homens e mulheres, jovens e adultos, estarem disponíveis e serem disponibilizados para o trabalho dito produtivo. A família é, portanto, um espaço de socialização dos indivíduos: em seu interior articulam-se valores, práticas e tradições, convivem hierarquias e são definidos papéis e reafirmadas as identidades. As possibilidades de cada membro inserir-se no mercado de trabalho, além da conjuntura

3. A experiência do trabalho para a mulher, em geral, além das necessidades monetárias e da busca de autonomia, pode estar ligada a projetos de carreira, ascensão profissional e experiência, que não se traduzem mais somente em atividades transitórias, mas naquelas que exigem qualificações que extrapolam as características culturalmente atribuídas a elas.

4. Para efeito de comparação, a referida taxa para os chefes de domicílio nos casais com filhos diminuiu de 90,1% para 87,0%, e para os sem filhos, de 72,8% para 71,5%, no mesmo período, apesar de se manter mais elevada que a das cônjuges nesses tipos de famílias.

econômica que define a disponibilidade de vagas e tipos de postos criados,⁵ são determinadas, portanto, pelas relações de gênero e de idade, pela posição na família e pelas atribuições domésticas segundo a composição da família. É na articulação de seus membros com o mercado de trabalho que é possível organizar a subsistência do grupo, através de um esforço coletivo que não se reduz apenas aos imperativos da sobrevivência imediata, mas à superação ou melhora das condições de vida, conformadas aos papéis familiares e aos mecanismos do mercado de trabalho.

A inserção no mercado de trabalho dos diferentes membros da família está condicionada, também, pelas diferentes configurações que pode assumir o grupo doméstico ao longo das diferentes fases de seu ciclo vital, o que nos leva a buscar compreender estes resultados considerando os arranjos familiares específicos para cada um desses grupos de mulheres nas diferentes fases da vida.

Por um lado, os arranjos familiares “exprimem as formas pelas quais indivíduos se organizam em um mesmo domicílio” (Fundação SEADE, 1995), caracterizando modos diferentes de mobilização de seus membros para o mercado de trabalho. Por outro, a forma como a família se organiza está associada ao que pode ser chamado de ciclo de vida familiar (BUSSAB e WAGNER, 1994), que traduz maneiras distintas de mobilização de seus membros ao confi-

gurar diferentes situações em relação à idade, conformando trajetórias e definindo possibilidades.

Nesse sentido, investigar a inserção feminina no mercado de trabalho tomando por base a família implica ter em mente que as mudanças registradas nos padrões demográficos – queda da fecundidade e da mortalidade, aumento de separações e o avanço da expectativa de vida da população – afetam diretamente o modo de vida das famílias. Essas mudanças causam impacto na redução do número médio de filhos e do tamanho médio das famílias, bem como na alteração do perfil etário de seus componentes. Vários estudos também têm identificado mudanças na configuração típica das famílias, com a redução das organizações familiares formadas por casal com filhos, isto é, a típica família nuclear, que no entanto continua predominante. Em contrapartida, verifica-se aumento das famílias formadas por chefe sem cônjuge com filhos (monoparentais) e indivíduos morando sozinhos (unipessoais) (Fundação SEADE, 1997).

Na seqüência, serão apresentadas as informações geradas para as cônjuges nos casais com e sem filhos e chefia feminina (no caso das famílias monoparentais e unipessoais), com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, convênio SEADE – DIEESE, na Região Metropolitana de São Paulo, agrupando-se os anos de 1988/89 e 2000/01, segundo os tipos de arranjo fami-

5. Ver *Boletim Mulher & Trabalho*, nº 9, para o detalhamento do tipo de posto criado na década de 90.

6. Quanto ao indicador de ciclo de vida familiar foi utilizada a idade das cônjuges, no caso dos casais com e sem filhos, e das chefes mulheres, no caso das famílias monoparentais e unipessoais. Os limites etários foram definidos a partir do estudo de Montali, 1998.

liar analisados, considerando-se a idade das mulheres cônjuges e chefiãs femininas.⁶

Ao optar-se pela idade das cônjuges e chefiãs femininas, e não pela forma tradicionalmente utilizada de famílias jovens, adultas e velhas, como aproximação para a fase de vida familiar, teve-se como pressuposto a existência de estreita relação entre as fases de vida da mulher e de sua família⁷ (BUSSAB e WAGNER, 1994; Fundação SEADE, 1995, 1997).

Convém ressaltar que, na PED, considera-se família os moradores de um mesmo domicílio, definidos pelas relações – nucleares (casal), primárias (pai, filho, irmão, etc.) e/ou secundárias (tio, sobrinho, primos, etc.) – que estabelecem entre si.

PERFIL DAS FAMÍLIAS

A análise dos dados da PED aponta, como esperado, as mudanças acima mencionadas na configuração das famílias. No período analisado, observou-se redução da participação das famílias nucleares (de 52,3% para 47,0% do total de famílias da RMSP),¹¹ especialmente associado à queda das famílias com cônjuges jovens, enquanto aumentou a proporção de famílias monopa-

Relações que podem ser de parentesco, afinidade ou de dependência social e econômica com o chefe de domicílio.⁸ Assim, em um mesmo domicílio podem coabitar uma ou mais famílias, embora seja predominante a correspondência entre unidade familiar e domiciliar – em 2000/01, cerca de 98% dos domicílios eram constituídos por uma só família. Entretanto, não se pode deixar de considerar que a família, muitas vezes, extrapola os muros dos arranjos domésticos, de onde podem vir não só o suporte material, mas o apoio “logístico”⁹ para que a entrada da mulher no mercado de trabalho se torne possível, uma vez que ela é, ainda, a maior responsável pelo cuidado dos filhos e pelos afazeres domésticos.¹⁰

rentais com ou sem parentes (de 11,9% para 16,1%), que ocorre em todas as fases de vida, e unipessoais (de 6,6% para 10,2%).

A maior participação dos arranjos do tipo unipessoal pode ser explicada por dois fatores: de um lado, a ampliação do número de mulheres ou homens jovens morando sozinhos, em grande parte ocupados e com elevada remuneração, quan-

7. De fato, ao comparar-se com os estudos da Fundação SEADE, com dados da PED e da PCV de 1994, as informações, em sua maioria, são coincidentes (Fundação SEADE, 1997).

8. A definição do chefe de domicílio é autoclassificatória, sendo chefe o morador – homem ou mulher – considerado pelos demais como o principal responsável pela família. Os demais membros (filhos, cônjuge, outros parentes) são classificados de acordo com sua relação com a chefiã.

9. Em forma de ajuda, realizada por parentes ou conhecidos, para o cuidado dos filhos, das pessoas idosas e para o suporte nos afazeres domésticos.

10. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001, com 2.502 mulheres de 15 anos ou mais, em 187 municípios de 24 Estados brasileiros, mostra que 96% das mulheres inseridas no mercado de trabalho eram as principais responsáveis pela orientação e/ou execução dos afazeres domésticos, tendo 22% dessas mulheres afirmado que os homens eram os que mais ajudavam, sendo 12,0%, maridos ou parceiros.

As mulheres haviam gasto, em média, 40 horas semanais fazendo e orientando os trabalhos domésticos, cuidando dos filhos e de pessoas idosas ou doentes. Entre as casadas, o tempo médio gasto pelos seus maridos ou parceiros com as mesmas atividades foi de 6 horas.

11. Considerando aquelas com parentes, também observa-se decréscimo (de 8,8% para 6,8%).

PERFIL DAS FAMÍLIAS

Tabela 1
Distribuição das Famílias, segundo Tipos
Região Metropolitana de São Paulo
1988/89-2000/01

	Em porcentagem	
Tipos de Família	1988/89	2000/01
Total	100,0	100,0
Casal com filhos, com ou sem parentes	61,1	53,8
Chefia feminina	0,2	1,1
Chefia masculina (1)	60,8	52,7
Cônjuge feminino com até 34 anos	29,3	20,8
Cônjuge feminino entre 35 e 49 anos	22,7	22,3
Cônjuge feminino com 50 anos ou mais	8,8	9,5
Casal sem filhos, com ou sem parentes	12,6	13,1
Chefia feminina	0,2	0,4
Chefia masculina (1)	12,5	12,8
Cônjuge feminino com até 34 anos	5,5	5,4
Cônjuge feminino entre 35 e 49 anos	1,8	2,1
Cônjuge feminino com 50 anos ou mais	5,2	5,3
Chefia com filhos, com ou sem parentes	11,9	16,1
Chefia feminina (1)	10,2	14,3
Chefia feminina com até 34 anos	1,7	2,3
Chefia feminina entre 35 e 49 anos	3,9	5,8
Chefia feminina com 50 anos e mais	4,6	6,2
Chefia masculina	1,6	1,7
Famílias unipessoais	6,6	10,2
Chefia feminina (1)	3,6	5,3
Chefia feminina com até 34 anos	0,6	1,0
Chefia feminina entre 35 e 49 anos	0,6	1,0
Chefia feminina com 50 anos e mais	2,4	3,4
Chefia masculina	3,0	4,8
Demais	7,6	6,9

Fonte: SEP. Convênio SEADE - DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

(1) Incluem-se as famílias cuja idade da cônjuge ou da chefe não foi declarada.

do comparados aos demais arranjos familiares; de outro, o aumento da população mais idosa morando sozinha, em geral inativa e com baixos rendimentos, provenientes, principalmente, de aposentadorias e pensões.

Também observa-se que o número

médio de pessoas na família vem diminuindo nas últimas décadas, atingindo 3,41 pessoas em 2000/01.¹² Esse comportamento é observado para todos os tipos de família, mas seus tamanhos variam, como seria de se esperar, determinado principalmente pela existência de filhos

12. Vale ressaltar, novamente, que para todas as famílias, exceto as de chefia feminina sem filhos ou unipessoal, foram considerados outros parentes que residissem no domicílio. Essa opção é importante no momento em que se analisa a constituição da renda familiar, embora não se esteja levando em consideração a possível ajuda, importante também, desses outros parentes no cuidado da casa e dos filhos para que a mulher possa exercer uma atividade remunerada.

PERFIL DAS FAMÍLIAS

e pelo seu número. O arranjo do tipo casal com filhos continua predominando, seguido pela família monoparental chefiada por mulheres, sendo que na fase adulta (35 a 49 anos), para ambos os casos, é que se encontra o maior número de filhos. Ressalte-se que o número médio de filhos¹³ nessas famílias passou de 2,4, em 1988/89, para 2,0, em 2000/01, e seu decréscimo ocorreu nos dois tipos de família analisados com filhos.

Essa redução refletiu no aumento da proporção de cônjuges e chefias femini-

nas com apenas um filho e diminuição da parcela com três filhos ou mais. Destaca-se, por fase de vida, que 45,8% das cônjuges jovens tinham um filho, em 2000/01, percentual superior ao observado em 1988/89 (34,7%), enquanto, entre as adultas, houve redução na proporção daquelas com três filhos ou mais (que passou de 51,4% para 34,4%).

O decréscimo no número de filhos foi acompanhado pela diminuição do percentual de famílias cujo filho mais jovem tinha até nove anos, de 62,2% para 47,5%.

Tabela 2
Número Médio de Filhos das Famílias com Filhos e Percentual das Famílias com Filhos Residentes até 9 anos, segundo Tipos Região Metropolitana de São Paulo 1988/89-2000/01

Tipos de Família	1988/89		2000/01	
	Número médio de filhos	Percentual de famílias com filhos até 9 anos	Número médio de filhos	Percentual de famílias com filhos até 9 anos
Total	2,4	62,2	2,0	47,5
Casal com filhos, com ou sem parentes	2,4	68,4	2,0	54,1
Chefia feminina	2,2	39,5	2,2	46,1
Chefia masculina (1)	2,4	68,5	2,0	54,3
Cônjuge feminino com até 34 anos	2,1	96,6	1,8	93,6
Cônjuge feminino entre 35 e 49 anos	2,8	56,2	2,3	39,6
Cônjuge feminino com 50 anos ou mais	2,1	6,8	1,9	3,1
Chefe com filhos, com ou sem parentes	2,3	30,4	1,9	25,3
Chefia feminina (1)	2,3	30,5	1,9	26,2
Chefia feminina com até 34 anos	2,1	88,1	1,9	86,7
Chefia feminina entre 35 e 49 anos	2,7	36,6	2,2	28,0
Chefia feminina com 50 anos e mais	2,0	3,9	1,7	2,5
Chefia masculina	2,4	29,9	1,8	17,8

Fonte: SEP. Convênio SEADE - DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Nota: Exclusivo as famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Incluem-se as famílias cuja idade do cônjuge ou da chefe não foi declarada.

13. Para o cálculo do número médio de filhos foram consideradas somente as famílias com filhos residentes, estando excluídos, portanto, os casos das famílias sem filhos.

Esse movimento foi verificado tanto para as cônjuges nos casais com filhos como para as famílias monoparentais com chefia feminina, pois a proporção de filhos caçulas com até nove anos passou de 68,5% para 54,3%, no primeiro caso, e de 30,5% para 26,2%, no segundo.¹⁴

Vale destacar que a ampliação da chefia feminina foi outra alteração importante no perfil dessas famílias. No caso dos **casais sem filhos**, a proporção de chefes mulheres era de 1,2%, em 1988/89, e de 2,8%, em 2000/01 e, entre aqueles **com filhos**, passou de 0,4% para 2,0%, no mesmo período. Ainda assim, a chefia mas-

culina nos casais continua predominante, correspondendo a 98,0% e 97,2%, com e sem filhos, respectivamente, em 2000/01.

A presença de mulheres chefes nas **famílias monoparentais com ou sem parentes** também é crescente no período, passando de 86,2% para 89,1% do total dessas famílias. Destaca-se que entre as monoparentais, 10,9% eram chefiadas por homens em 2000/01.

Apenas nas **famílias unipessoais** observa-se redução na proporção de chefia feminina (de 54,9% para 52,6%, no período), porém, as mulheres continuam majoritárias nesse tipo de arranjo familiar.

CÔNJUGES NOS CASAIS COM FILHOS

Cônjuges jovens têm maior acréscimo na taxa de participação

A análise da inserção da cônjuge do casal com filhos¹⁵ tem relevância porque este arranjo familiar é predominante, embora em declínio na última década, e representa a alteração mais marcante na relação da mulher com o mercado de trabalho. É nesse tipo de arranjo familiar que, tradicionalmente, se verificava o padrão de chefe masculino provedor e a cônjuge com pequena participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na renda

familiar. Nos anos 90, identifica-se um forte movimento de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, não mais de modo cíclico, como ocorria anteriormente, pois as mulheres permanecem na PEA (População Economicamente Ativa) mesmo em situação de desemprego de longa duração.

É importante destacar que as mudanças para as famílias compostas por casais com filhos, majoritariamente constituídas

14. Como mostra Cunha (1999, p. 120) "a população brasileira sofreu uma sensível alteração em sua estrutura etária nas últimas décadas, o que implicou uma progressiva redução do peso relativo das crianças menores de 10 anos e os consequentes ganhos de adultos e, principalmente, pessoas idosas (o que se conhece como processo de envelhecimento da população)". Ver também Carvalho (1993) e Fundap (1991). A diminuição da parcela de filhos com até nove anos decorre do declínio da taxa de fecundidade, que significa a redução do número de filhos por mulher. Dessa forma, os filhos mais velhos passam a ter maior participação no total de filhos e na idade média desses.

15. Vale lembrar que, nesse tipo de arranjo, foi considerada a presença de outros parentes, que, no entanto, não é preponderante, representando cerca de 13% dessas famílias.

CÔNJUGES NOS CASAIS COM FILHOS

por cônjuges adultas (41,5%) e jovens (38,7%), ocorreram em paralelo às transformações para os chefes masculinos e para os filhos que compõem este tipo de família. Simultaneamente ao aumento da taxa de participação das cônjuges, que passou de 37,9% para 52,3%, entre os biênios 1988/89 e 2000/01, ocorreu a redução na dos chefes de domicílio (90,1% para 87,0%), enquanto a taxa de desemprego deles mais que duplicou no período (3,9% para 9,6%). Para os filhos, também se observou declínio da taxa de participação (53,4% para 50,6%).

A ampliação da taxa de participação feminina foi mais acentuada entre as cônjuges nas famílias jovens (39,3% para 56,0%), sendo intensa também para aquelas pertencentes às famílias adultas (42,2% para 58,6%). Já nas maduras, observou-se que a taxa de participação das cônjuges, embora tenha apresentado acréscimo, ainda se situa num patamar bastante reduzido (29,3%), o que corresponde à metade daquela registrada entre as cônjuges adultas (com idade entre 35 e 49 anos). Ressalta-se que a elevação da taxa de participação das cônjuges foi acompanhada pelo aumento da taxa de desemprego dos chefes.

Entre as inativas, 94,0% das cônjuges em famílias com filhos têm como condição principal os afazeres domésticos. Mesmo considerando-se a idade das côn-

juges, observa-se que esse motivo é o principal, embora para aquelas com 50 anos ou mais a condição de aposentada ou pensionista responda por 12% da inatividade, percentual pouco superior ao registrado em 1988/89 (10,3%). Para as demais (jovens e maduras), os afazeres domésticos são responsáveis por mais de 95% dos casos de inatividade, não havendo variação relevante na última década.

Filhos pequenos influenciam cada vez menos na inserção das cônjuges no mercado de trabalho

Os aspectos relacionados ao ciclo de vida familiar também se associam à forma de inserção da mulher no mercado de trabalho. Tal como apontado em estudos anteriores,¹⁶ o número de filhos é um fator que influencia, em grande medida, a condição de atividade feminina, especialmente para as cônjuges jovens. Em 1988/89, a taxa de participação das cônjuges com até 34 anos em famílias sem filhos equivalia a 63,6%, bastante superior, portanto, à das cônjuges jovens com um filho (43,4%). Com o aumento mais intenso da inserção destas últimas no mercado de trabalho ao longo da década, observou-se que as taxas de participação se aproximaram, atingindo, em 2000/01, 76,3% para as que não têm filhos e 61,2% para aquelas com apenas um filho.

16. Entre outros, ver Madeira e Wong (1988, p. 224) que, a partir de informações de 1970 e 1980, apontavam: "A diferenciação segundo o fator de ser mãe ou não é mais acentuada no caso das cônjuges. Quando é uma jovem entre 15 e 19 anos que ocupa esta posição, o fato de ter filho faz com que esta possibilidade caia para a metade. Entre as sem filhos a proporção de participação na PEA é de 27,8%; nas jovens com filhos a proporção cai para 15,3%." Note-se que as cônjuges jovens, no biênio 2000/01, apresentaram taxas superiores a 60,0%, evidenciando ampliação significativa de sua atividade, mesmo com a presença de filhos.

CÔNJUGES NOS CASAIS COM FILHOS

É interessante notar que a taxa de participação das cônjuges com filhos não se diferencia muito em razão do número de filhos, quando desconsiderada a idade da cônjuge: em 2000/01, a taxa de participação das cônjuges com um filho equivalia a 53,7%, enquanto a daquelas com três filhos ou mais atingia 50,9%.

Entretanto, considerando-se a idade das cônjuges, observa-se que as jovens apresentam maior declínio da taxa de participação, conforme o número de filhos, sendo 61,2% para as que têm um filho e 50,8% para aquelas com três filhos ou mais, diferencial maior do que o observado para as cônjuges nas famílias adultas, que apresentam taxas de participação de 63,0% e 56,1%, respectivamente. Já para as cônjuges maduras, a participação daquelas com dois filhos (31,6%) ou três e mais (31,3%) supera a das que têm apenas um (26,8%), indicando que a associação não ocorre estritamente com o número de filhos, mas depende da idade deles: mulheres com filhos pequenos tendem a apresentar maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, em razão da necessidade de cuidados com as crianças, papel que continua atribuído prioritariamente às mulheres. Em situação de acesso escasso à educação infantil pública,¹⁷ ou de renda insuficiente para o custeio da educação privada, as cônjuges, especialmente aquelas que não detêm experiência e qualificação profissional, têm menor estímulo à entrada na força de tra-

balho, o que resulta em menores taxas de participação em relação àquelas que têm filhos mais velhos ou não os têm, ou às chefes de domicílio que, mesmo tendo filhos pequenos, pela necessidade de sobrevivência familiar, participam mais ativamente do mercado de trabalho.

A taxa de participação das cônjuges adultas com filhos caçulas de até um ano, apesar de permanecer inferior à das cônjuges com filhos mais velhos, registrou elevação intensa de sua taxa de atividade no período, passando de 33,5% para 51,2%. Entre aquelas com filhos com dez anos e mais, a taxa de participação aumentou de 42,8% para 59,1%.

Também entre as cônjuges jovens com filhos, a taxa de participação aumentou mais expressivamente para aquelas com filhos caçulas de até um ano (31,6% para 44,6%), registrando aumento de 41,1% no período. Mesmo assim, a atividade dessas cônjuges, em 2000/01, é inferior à daquelas com filhos caçulas de 1 a 5 anos (59,5%), de 5 a 9 anos (64,2%) e de 10 anos ou mais (70,3%).

Taxa de desemprego é maior entre as cônjuges jovens com filhos

Para as cônjuges em casais com filhos, verifica-se que a maior taxa de desemprego das mulheres ocorre entre as jovens com filhos, atingindo 26,5%, em 2000/01, quase o dobro daquela registrada em 1988/89. Entre as cônjuges jovens

17. Em 2001, segundo informações da PNAD, na Região Metropolitana de São Paulo, 36,2% das crianças de 0 a 6 anos frequentavam creche ou escola, mas esse percentual se diferenciava por idade: entre as crianças com até 4 anos, apenas 17,8% frequentavam, enquanto entre aquelas de 5 a 6 anos, esse percentual é de 80,3%.

CÔNJUGES NOS CASAI S COM FILHOS

com filhos caçulas de até um ano, cerca de um terço encontra-se desempregada, o que evidencia a maior dificuldade dessas mulheres de se inserirem como ocupadas. As cônjuges com 35 a 49 anos foram as que apresentaram maior acréscimo da taxa de desemprego (6,9% para 15,9%, no período analisado), com aumento de 130,4%.

Condição de atividade do chefe influencia participação das cônjuges, mas com menor intensidade em relação ao final dos anos 80

Nas famílias com filhos, a taxa de atividade entre as cônjuges com chefes ocupados (54,4%) permaneceu inferior em relação àquelas nas famílias com chefes desempregados (63,1%), independentemente da idade delas, indicando que as diferenças nas taxas de atividade das cônjuges relacionam-se com a condição de inserção do chefe masculino.

A maior taxa de participação das cônjuges cujo chefe encontra-se desempregado deve-se, provavelmente, às formas de inserção mais frágeis das mulheres no mercado de trabalho. Estudos anteriores¹⁸ mostraram que grande parte das mulheres se insere em postos mais vulneráveis – como empregadas domésticas, autônomas para o público e assalariadas sem carteira –, ou em ocupações de menor prestígio, recebendo, em média, remuneração inferior à masculina. Essa situação

de inserção mais frágil da mulher no mercado de trabalho pode contribuir para explicar porque ela não rompe totalmente com a forma hierarquizada característica das relações internas à família, o que significa que a inserção feminina no mercado de trabalho não tem se mostrado, ao menos de modo disseminado nos diversos segmentos sociais, suficiente para extinguir as desigualdades de gênero na família, pois esse padrão desigual também é reproduzido no mercado de trabalho.

Porém, deve-se considerar que, ao longo da década, as taxas de participação das cônjuges com chefes ocupados expandiu-se de modo mais intenso (aumento de 40,2%) que a daquelas com chefes desempregados (29,3%), o que indica a tendência de aproximação, mesmo que gradual, entre as taxas de participação, atrelada, possivelmente, a um movimento das mulheres em busca de autonomia.

Taxa de desemprego é mais elevada entre as cônjuges jovens nas famílias com chefes desempregados

A taxa de desemprego das cônjuges nas famílias jovens com filhos alcançou 31,3% quando o chefe estava desempregado e 25,9% quando ocupado. Nas famílias adultas, essas taxas equivaliam a 22,8% e 15,2%, respectivamente, confirmando a existência de associação entre a condição de atividade das cônjuges e a dos chefes, tal como no caso da análise

18. Ver *Boletim Mulher & Trabalho*, números 8 e 9, entre outros.

CÔNJUGES NOS CASAIS COM FILHOS

da taxa de atividade, ou seja, tanto a taxa de desemprego como a de participação das cônjuges são maiores quando os chefes são desempregados e essa relação se verifica em todos os ciclos de vida, o que seria esperado, uma vez que, nas famílias com chefe e cônjuge desempregados, a necessidade de manutenção do domicílio é mais compartilhada entre o casal e ambos permanecem no mercado de trabalho, mesmo que não encontrem colocação.

Cruzando-se a forma de inserção da cônjuge com a do chefe nos casais com filhos, quase a metade das cônjuges (46,5%) nas famílias com chefe desempregado encontrava-se ocupada em 2000/01, percentual pouco superior ao registrado em 1988/89 (41,0%). Nas famílias com chefe ocupado, o percentual de cônjuges ocupadas passou de 34,9% para 43,9%. Também é possível identificar que, nas famílias em que o chefe encontra-se inativo, o percentual de cônjuges ocupadas é bastante inferior (27,7%, em 2001), pois cerca de dois terços delas também estão na inatividade.

Verifica-se, portanto, que cada vez mais a responsabilidade pela manutenção da família vem sendo compartilhada principalmente pelo casal, em detrimento do modelo tradicional de família, no qual o homem é responsável pela sua manutenção e a mulher pelas atividades domésticas e o cuidado com os filhos. Na impossibilidade desse modelo concretizar-se, alterações na hierarquia familiar, que perpassam a questão de gênero, poderão, a

médio e longo prazos, consolidar novos papéis familiares.

Cônjuges ampliam contribuição no rendimento familiar, mas este apresentou redução no período

O rendimento médio familiar per capita nos casais com filhos¹⁹ apresentou declínio de 20,4%, passando de R\$ 570 para R\$ 454, no período. A análise por faixa etária da cônjuge mostra que o maior declínio (33,0%) do rendimento médio per capita ocorreu entre as jovens, cujos valores passaram de R\$ 491 para R\$ 329.

Considerando-se somente os ocupados, observa-se que o declínio dos rendimentos das cônjuges (7,7%) foi menor que o observado entre os chefes (27,9%). Esse movimento fez com que o rendimento das cônjuges ocupadas passasse a representar, em 2000/01, 53,6% do valor médio auferido pelos chefes ocupados, proporção superior aos 41,9% verificados em 1988/89. A redução da desigualdade deveu-se, portanto, ao declínio mais intenso do rendimento masculino, conforme já apontado em estudos anteriores do *Boletim Mulher & Trabalho*.

As informações sobre a contribuição do rendimento das cônjuges na massa de rendimento familiar confirmam a tendência de ampliação do papel da mulher na provisão do sustento da família, mesmo que os chefes ainda respondam pela mai-

19. Considerados apenas aqueles com chefia masculina.

CÔNJUGES NOS CASAIS COM FILHOS

or parte dele. No caso dos casais com filhos, as cônjuges participavam com 11,3% da massa do rendimento familiar no biênio 1988/89, ampliando sua participação para 18,2%, em 2000/01.

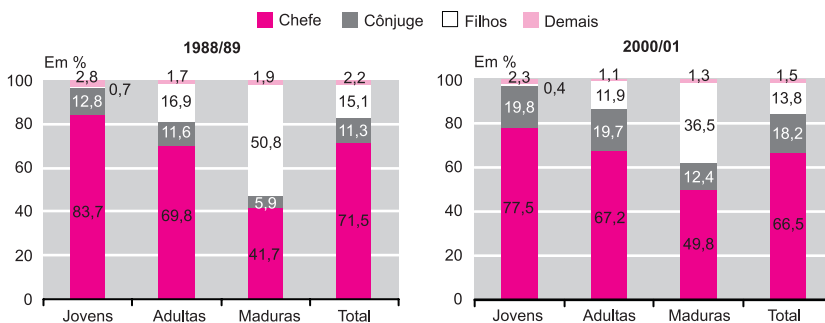
Situação semelhante é verificada para as famílias jovens e adultas, cujas cônjuges tiveram sua participação na massa do rendimento familiar ampliada de 12,8% para 19,8%, no primeiro caso, e de 11,6% para 19,7%, no segundo.

Nas famílias maduras, a contribuição das cônjuges passou de 5,9% para 12,4%

e a dos chefes de 41,7% para 49,8%, em contraponto ao declínio acentuado da participação dos filhos (50,8% para 36,5%). Tal comportamento pode estar associado, de um lado, ao aumento dos rendimentos das ocupadas e, de outro, à piora na condição de inserção dos filhos. Também deve-se registrar que apenas nesse tipo de arranjo o rendimento do chefe apresentou ampliação.

Nas famílias adultas, também houve retração da contribuição dos filhos no rendimento familiar total, passando de 16,9% para 11,9%, no período analisado.

Gráfico 1
Contribuição dos Membros da Família na Massa de Rendimento (1) Total Familiar,
para os Casais com Filhos (2), por Ciclo de Vida
Região Metropolitana de São Paulo
1988/89-2000/01



Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos, cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Inflator utilizado: ICV do Dieese.

(2) Consideraram-se as famílias com ou sem parentes. Incluem-se as famílias cuja idade da cônjuge não foi declarada.

CASAL SEM FILHOS

Cônjuges jovens e adultas sem filhos participam mais do mercado de trabalho e têm maior rendimento que suas pares com filhos

Embora a proporção de casal sem filhos²⁰ tenha apresentado aumento discreto no período (12,6% para 13,1%), esse tipo de arranjo familiar perdeu sua relativa importância, sendo ultrapassado pela família monoparental. Ressalte-se que esse tipo de família é formado, principalmente, por casais que moram sozinhos, sem parentes (89,4%), destacando-se dois segmentos distintos e com peso similar: casais jovens e maduros (40,9% e 40,7%, respectivamente).

A taxa de participação das cônjuges

nesse tipo de família era maior do que a daquelas com filhos, no biênio 1988/89, tornando-se semelhante em 2000/01. Por fase de vida, porém, apresentaram taxas de participação maiores do que suas correspondentes nos casais com filhos, exceto entre aquelas com 50 anos ou mais de idade.

Assim, enquanto 42,6% das cônjuges sem filhos, em 1988/89, estavam inseridas no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, em 2000/01 a taxa de participação aumentou para 52,0%. Simultaneamente, tal qual o ocorrido nos

Tabela 3
Taxas de Participação das Cônjuges, por Condição de Atividade do Chefe, segundo Tipos
Região Metropolitana de São Paulo
1988/89-2000/01

Em porcentagem

Tipos de Família	1988/89				2000/01			
	Condição de Atividade do Chefe				Condição de Atividade do Chefe			
	Total	Ocupado	Desempregado	Inativo	Total	Ocupado	Desempregado	Inativo
Total das Cônjuges	38,7	40,8	50,2	21,7	52,2	56,3	63,9	27,1
Casal com chefia masculina com filhos (1)	37,9	38,8	48,8	26,4	52,3	54,4	63,1	32,5
Cônjuge feminino com até 34 anos	39,3	38,8	46,6	46,6	56,0	55,2	63,8	54,0
Cônjuge feminino entre 35 e 49 anos	42,2	41,7	54,6	42,7	58,6	58,5	68,0	50,8
Cônjuge feminino com 50 anos ou mais	21,9	26,4	(2)-	14,9	29,4	36,1	42,3	19,5
Casal com chefia masculina sem filhos (1)	42,6	53,4	57,0	13,4	52,0	65,8	67,9	17,0
Cônjuge feminino com até 34 anos	63,8	63,8	66,1	(2)-	76,3	77,2	73,3	(2)-
Cônjuge feminino entre 35 e 49 anos	59,0	61,5	(2)-	(2)-	69,0	71,0	(2)-	(2)-
Cônjuge feminino com 50 anos ou mais	15,3	22,4	(2)-	10,4	21,2	34,1	(2)-	11,6

Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Consideraram-se as famílias com ou sem parentes. Incluem-se as famílias cuja idade da cônjuge não foi declarada.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Excluíse as famílias com outro tipo de arranjo familiar.

20. Aqui também estão contemplados os arranjos familiares com parentes, que representavam cerca de 11% dessas famílias em 2000/01.

CASAL SEM FILHOS

casais com filhos, as referidas taxas para os chefes de domicílio decresceram de 72,8% para 71,4%, enquanto sua taxa de desemprego dobrou no período (4,5% para 9,3%).

Por ciclo de vida, observou-se para as cônjuges jovens, cuja participação era a mais elevada entre os casais com ou sem filhos, ampliação significativa de sua taxa de participação (19,6%). Nas famílias adultas, a elevação da taxa de participação das cônjuges foi um pouco menos intensa (16,9%). Verificou-se acréscimo mais significativo da taxa de participação das cônjuges com 50 anos ou mais (38,6%), embora apresentem as menores taxas de inserção no mercado de trabalho, tanto para aquelas com filhos como para as sem filhos.

Em 2000/01, as respectivas taxas de participação eram as seguintes: 76,3% entre as cônjuges de até 34 anos; 69,0% para aquelas de 35 a 49 anos; e 21,2% para as de 50 anos ou mais.

No caso das inativas, as cônjuges sem filhos ocupavam-se principalmente dos afazeres domésticos (cerca de 82%), embora em proporções menores que suas pares com filhos. Esse é o principal motivo, sobretudo, para as jovens e adultas, enquanto para um quinto das cônjuges de 50 anos e mais a situação de aposentada ou pensionista era a principal condição de inatividade.

Cônjuges jovens sem filhos têm taxa de desemprego menor do que a daquelas com filhos

Parece que o fato de não ter filhos proporciona à conjuge certa vantagem

na obtenção de trabalho, uma vez que sua taxa de desemprego total é menor do que para aquelas com filhos. Por ciclo de vida, esse comportamento é observado para as cônjuges de até 34 anos (26,5% para as com filhos e 20,1% para aquelas sem filhos), possivelmente associado à maior presença de crianças pequenas, uma vez que para aquelas com idade entre 35 e 49 anos essas taxas eram semelhantes (15,9% e 15,4%, respectivamente, em 2000/01).

Condição do chefe no mercado de trabalho influencia pouco a participação da conjuge do casal sem filhos

A taxa de atividade das cônjuges do casal sem filhos relaciona-se de forma mais tênue com a condição de inserção do chefe homem no mercado de trabalho, ao contrário do que ocorre para aquelas com filhos. Embora menor, a taxa de participação das mulheres, cujo chefe encontra-se ocupado (65,8%), não se diferencia significativamente daquela registrada para as cônjuges com chefes desempregados (67,9%). Destaca-se que a inatividade do chefe mobiliza essas mulheres para o mercado de trabalho (17,0%) de forma menos intensa do que entre as cônjuges com filhos.

Essas taxas diferenciadas observadas entre os dois tipos de arranjos analisados formados por casal – com ou sem filhos – levam a crer que a disponibilidade para o mercado de trabalho associa-se fortemente ao fato de que as responsabilidades familiares pesam menos entre as cônjuges sem filhos, já que a presença des-

CASAL SEM FILHOS

ses exigiria maior disponibilidade para seu cuidado, ou pelo menos a necessidade de combinar exigências familiares e profissionais, fato que muitas vezes não é de fácil solução. Além disso, a proximidade das taxas de participação das cônjuges sem filhos quando o chefe está tanto ocupado quanto desempregado reforça o argumento de maior disponibilidade para o trabalho por parte destas mulheres e revela que sua inserção não está tão associada à condição de inserção do chefe.

Como suas correspondentes com filhos, as taxas de participação das cônjuges sem filhos com chefes ocupados cresceu de forma mais intensa (23,2%) do que a daquelas com chefes desempregados (19,1%). Observa-se contudo, que esses incrementos foram menores e estão associados às mudanças de comportamento na sociedade, cuja tendência mais forte é o crescimento da participação das cônjuges com filhos, independente do número e da idade desses.

Taxa de desemprego das cônjuges com chefes desempregados é de 28,3%

Embora as taxas de participação dessas cônjuges sejam superiores às de suas pares com filhos, não há diferencial significativo quando se analisam suas taxas de desemprego.²¹ A taxa de desemprego das cônjuges sem filhos equivalia, no biênio 2000/01, a 28,3% quando o chefe encontrava-se desempregado e 16,6% quando o chefe estava ocupado.

Observa-se que a proporção de cônjuges ocupadas é maior (54,9%) quando o chefe encontra-se ocupado, uma vez que quando ele se encontra desempregado tal percentual corresponde a 48,7%, indicando que a condição de atividade do chefe, mesmo não exercendo grande influência na participação das cônjuges sem filhos, está estreitamente associada à forma como ela se insere no mercado, ou seja, quando os chefes estão desempregados, há maior chance de que suas parceiras estejam a procura de um trabalho também.

Igualmente se observa forte relação entre inatividade dos chefes e das cônjuges, devido, sobretudo, à presença de casais inativos entre os maduros: quando o chefe estava inativo, a maioria das cônjuges também estava na inatividade (83,0%) em 2000/01, ainda que essa proporção fosse um pouco superior em 1988/89 (86,6%).

Contribuição da cônjuge é maior nos casais sem filhos, principalmente nas famílias adultas

Vale destacar que existe forte tendência, no período, de que o sustento familiar seja compartilhado mais pelo casal sem filhos do que por seus pares com filhos, pelo menos no que diz respeito à participação no mercado de trabalho, já que as desigualdades nos rendimentos entre homens e mulheres ainda não permitam uma contribuição equânime do casal.

21. A amostra não comporta desagregação para os ciclos de vida.

Tabela 4
Taxas de Desemprego das Cônjuges, segundo Tipos de Família e Condição de Atividade do Chefe
Região Metropolitana de São Paulo
1988/89-2000/01

Tipos de Família e Condição de Atividade do Chefe	Em porcentagem	
	Taxas de Desemprego das Cônjuges	
	1988/89	2000/01
Total	9,7	19,2
Casal com chefia masculina com filhos, com ou sem parentes (1)	9,9	19,7
Chefe ocupado	10,0	19,3
Chefe desempregado	15,9	26,3
Chefe inativo	(2)-	14,7
Casal com chefia masculina sem filhos, com ou sem parentes (1)	8,8	17,1
Chefe ocupado	8,9	16,6
Chefe desempregado	(2)-	28,3
Chefe inativo	(2)-	(2)-

Fonte: SEP. Convênio SEADE - DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

(1) Incluem-se as famílias cuja idade da cônjuges não foi declarada.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Excluídas as famílias com outro tipo de arranjo familiar.

Analisando-se cônjuges e chefes ocupados, verifica-se que elas recebem em média 68,7% dos rendimentos auferidos por seus parceiros, indicando uma melhoria em relação ao final da década passada (60,7%).

Vale a pena registrar que os rendimentos das cônjuges jovens ocupadas sem filhos (R\$ 853) foi, em 2000/01, 48,1% superior aos obtidos por aquelas com filhos (R\$ 576), indicando que os filhos têm influência não somente no diferencial da taxa de participação dessas mulheres, mas também na condição de inserção como ocupadas.

O rendimento real médio familiar per capita decresceu 15,1%, no período, passando de R\$ 879 para R\$ 746, valores superiores aos auferidos pelos casais com filhos. Por ciclo de vida, as famílias com

cônjuges de até 34 anos apresentaram declínio de 28,0% do rendimento médio familiar per capita (que passou de R\$ 1.128 para R\$ 812). Nas adultas, o decréscimo foi menos acentuado (10,0%), enquanto nas famílias maduras o rendimento médio familiar per capita foi o único a registrar aumento (6,4%), tornando-se equivalente a R\$ 600.

As cônjuges das famílias do tipo casal sem filhos contribuíram com 27,8% da massa do rendimento familiar desse tipo de arranjo em 2000/01, proporção pouco superior à observada em 1988/89 (23,0%). Esses percentuais são mais elevados do que os verificados entre as cônjuges dos casais com filhos, embora nessas famílias há que se considerar a contribuição dos filhos que, no último biênio, foi de cerca de 14%.

Tabela 5
Distribuição da Massa de Rendimento Total Familiar (1), por Posição na Família, segundo Tipos de Família
Região Metropolitana de São Paulo
1988/89-2000/01

Tipos de Família	1988/89					2000/01					Em porcentagem
	Posição na Família					Posição na Família					
	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Demais	
Total (2)	100,0	69,4	10,9	15,7	4,0	100,0	67,2	15,8	13,6	3,4	
Casal com chefe masculina com filhos (3)	100,0	71,5	11,3	15,1	2,2	100,0	66,5	18,2	13,8	1,5	
Cônjuge feminino com até 34 anos	100,0	83,7	12,8	0,7	2,8	100,0	77,5	19,8	0,4	2,3	
Cônjuge feminino entre 35 e 49 anos	100,0	69,8	11,6	16,9	1,7	100,0	67,2	19,7	11,9	1,1	
Cônjuge feminino com 50 anos ou mais	100,0	41,7	5,9	50,8	1,9	100,0	49,8	12,4	36,5	1,3	
Casal com chefe masculina sem filhos (3)	100,0	74,2	23,0	-	2,8	100,0	69,9	27,8	-	2,3	
Cônjuge feminino com até 34 anos	100,0	70,9	26,2	-	2,7	100,0	66,8	30,5	-	2,6	
Cônjuge feminino entre 35 e 49 anos	100,0	72,0	26,0	-	2,0	100,0	66,2	32,2	-	1,5	
Cônjuge feminino com 50 anos ou mais	100,0	82,0	14,6	-	3,4	100,0	76,3	21,4	-	2,2	
Chefe feminina com filhos (3)	100,0	36,9	-	56,5	6,7	100,0	51,4	-	42,4	6,2	
Chefe feminina com até 34 anos	100,0	79,7	-	3,8	16,5	100,0	86,1	-	1,6	12,3	
Chefe feminina entre 35 e 49 anos	100,0	47,2	-	47,5	5,3	100,0	64,1	-	30,1	5,8	
Chefe feminina com 50 anos e mais	100,0	21,0	-	73,3	5,7	100,0	36,9	-	57,4	5,6	

Fonte: SEP, Censo IBGE - DIEESE - Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

(1) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais, precários (só de inativos com trabalho ocasional) e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos, cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Indicador utilizado: CVI do Dieese.

(2) Incluem-se os arranjos unipessoais; chefes sem cônjuge e sem filhos com parentes, chefes masculinos com filhos e casais com chefe feminina.

(3) Consideraram-se as famílias com ou sem parentes. Incluem-se as famílias cuja idade do cônjuge ou da chefe não foi declarada.

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES

Taxa de desemprego quase triplica e sua contribuição no rendimento familiar aumenta

As famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que representavam 10,2% dos arranjos familiares em 1988/89, passaram a responder por 14,3% do total de famílias. Essa ampliação pode ser observada em todos os ciclos de vida, mas foi especialmente relevante para as famílias com chefes adultas, que são, com as maduras, as predominantes nas famílias monoparentais.

Ao longo da última década, a taxa de participação das chefes femininas nas famílias monoparentais cresceu de 57,6% para 62,6%. Entre os chefes masculinos nesses tipos de arranjo familiar, houve decréscimo da taxa de atividade (de 70,9% para 67,6%), o que revela uma relativa aproximação entre as mulheres e os homens chefes.

Ainda assim, essa taxa de participação das chefes femininas encobre diferenças relevantes por ciclo de vida familiar. Nas famílias mais jovens, a taxa de participação oscilou de 87,6% para 88,9%, revelando-se a segunda maior taxa entre as mulheres cônjuges ou chefes, independente do tipo de família. O número de filhos nesses casos pouco altera a intensa atividade dessas chefes: entre as chefes jovens

com um filho, a taxa de participação equivalia a 91,4% em 2000/01, com elevação em relação ao registrado no final da década de 80.²² Considerando-se as chefes jovens com dois filhos, a taxa de participação ampliou-se de 86,4% para 89,4%, e apenas para as que têm três filhos ou mais esse indicador apresentou redução no período (de 87,0% para 82,5%). Mesmo entre as mulheres com filhos caçulas pequenos (de um a cinco anos de idade), em grande medida representada pelas chefes jovens, a taxa de participação ampliou-se, passando de 83,2% para 85,6% no período analisado.

Entre as adultas, que representavam cerca de 40%²³ das chefes com filhos, a taxa de participação cresceu de 78,3% para 82,5% entre 1988/89 e 2000/01 com intensidade um pouco maior para mulheres com um filho, cuja taxa de participação cresceu de 80,9% para 85,3%. Para as mulheres com dois filhos, os percentuais passaram de 80,3% para 82,8% e para aquelas de três filhos ou mais, apesar das grandes dificuldades, a taxa aumentou de 75,7% para 79,4%.

Para as chefes maduras, também houve crescimento ao longo da última

22. Como mostram Madeira e Wong, op. cit., isso já era verificado no início da década de 80.

23. Em 1988/89 representavam 38,0%.

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES

Tabela 6
Taxas de Participação das Cônjuges e Chefes Femininas, por Número de Filhos,
segundo Tipos de Família
Região Metropolitana de São Paulo
1988/89-2000/01

Tipos de Família	1988/89				2000/01			
	Número de Filhos				Número de Filhos			
	Total	1 filho	2 filhos	3 filhos ou mais	Total	1 filho	2 filhos	3 filhos ou mais
Casal com filhos, com ou sem parentes	38,0	39,4	36,9	37,8	52,7	54,0	52,2	51,5
Chefia feminina	(2)-	(2)-	(2)-	(2)-	72,1	67,8	73,9	75,1
Chefia masculina (1)	37,9	39,3	36,9	37,8	52,3	53,7	51,8	50,9
Cônjuge feminino com até 34 anos	39,3	43,4	36,6	37,9	56,0	61,2	52,1	50,8
Cônjuge feminino entre 35 e 49 anos	42,2	46,9	42,1	40,8	58,6	63,0	58,3	56,1
Cônjuge feminino com 50 anos ou mais	22,0	20,7	22,6	23,4	29,3	26,8	31,6	31,3
Chefia feminina com filhos, com ou sem parentes (1)	57,6	51,7	59,0	62,8	62,6	57,4	65,5	68,2
Chefia feminina com até 34 anos	87,6	89,0	86,4	87,0	88,9	91,4	89,4	82,5
Chefia feminina entre 35 e 49 anos	78,3	80,9	80,3	75,7	82,5	85,3	82,8	79,4
Chefia feminina com 50 anos e mais	29,2	27,4	28,8	32,9	34,5	31,1	37,2	40,3

Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Consideraram-se as famílias com ou sem parentes. Incluem-se as famílias cuja idade da cônjuge ou da chefe não foi declarada.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

década, mas as taxas ainda são bastante inferiores à das jovens e adultas. Para as mulheres com um filho residente, a taxa de atividade passou de 27,4% para 31,1%; para as de dois filhos, de 28,8% para 37,2% e de três filhos ou mais, de 32,9% para 40,3%.

Entre as chefes inativas com filhos, a condição principal que era a de aposentada ou pensionista em 1988/89, quando representava 47,4%, passou a ser de afazeres domésticos em 2000/01 (50,5%). Note-se, entretanto, que a proporção de chefes cuja condição de inatividade são os afazeres domésticos é bastante inferior à encontrada entre as cônjuges com filhos – entre as cônju-

ges jovens, essa condição respondia por 97,9% das inativas em 2000/01, enquanto para as chefes jovens, a 65,7%, evidenciando que, mesmo relevante para as chefes, ela é mais elevada entre as cônjuges.

Chefes das famílias monoparentais têm maior acréscimo na taxa de desemprego

O incremento da taxa de participação das chefes nas famílias monoparentais foi inferior ao das cônjuges com filhos, mas o mesmo não se pode afirmar sobre a taxa de desemprego. Entre

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES

as chefes, ainda que permaneça em patamar inferior ao das cônjuges, a taxa de desemprego quase triplicou no período, passando de 5,7%, em 1988/89, para 15,7%, em 2000/01. Tal como observado entre as cônjuges com filhos, a taxa de desemprego, também entre as chefes, encontra-se em patamar mais elevado entre as mulheres com até 34 anos (22,5%). Isso se deve à dificuldade do segmento mais jovem em obter trabalho pela falta de experiência e qualificação, associada, no caso das mulheres jovens com filhos, à necessidade de encontrar uma ocupação que possibilite conciliar a atividade profissional com o cuidado dos filhos pequenos. Entre as cônjuges jovens com filhos, como já mencionado, a taxa de desemprego em 2000/01 atingiu 26,6%, a maior taxa entre as mulheres analisadas.

O outro aspecto relevante na comparação entre chefes e cônjuges com filhos refere-se ao tempo de permanência no trabalho atual, que pode ser utilizado como indicador de mobilidade da força de trabalho. Ao contrário do que poderia supor-se, as chefes com filhos, quando considerados os ciclos de vida, têm tempo de permanência inferior ao das cônjuges com filhos. As chefes jovens apresentaram, em 2000/01, tempo médio de permanência de 33 meses, ao passo que as cônjuges, na mesma situação, 42 meses. Também entre as adultas, o tempo é maior entre as cônjuges (85 meses) do que entre as chefes (79 meses). Esses indicadores equiparam-se,

apenas, entre as mulheres de 50 anos e mais, quando correspondem a 135 meses, entre as chefes, e a 136 entre as cônjuges, quando têm filhos.

Esse fenômeno poderia atrelar-se ao tipo de ocupação exercida pelas mulheres, com predomínio de vínculos mais frágeis entre as chefes que entre as cônjuges. A esse respeito, duas considerações podem ser feitas: entre as chefes de família monoparental, destacam-se as empregadas domésticas, que representavam 21,1% das ocupadas nesse tipo de família em 1988/89, passando para 26,7% em 2000/01. Esse percentual aproximou-se, em 2000/01, dos 30% entre as chefes jovens das famílias monoparentais. Entre as cônjuges com filhos, a proporção de empregadas domésticas passou de 16,6% para 19,8%, e entre as jovens, de 17,6% para 21,7%. Também relevante para a diferença em relação ao tempo de permanência no trabalho principal foi a redução da proporção de assalariadas com carteira assinada no setor privado de forma mais intensa entre as chefes com filhos (40,8% para 27,8%) que entre as cônjuges (29,8% para 26,7%).

Rendimento familiar tem maior declínio em virtude do decréscimo da contribuição dos filhos

As alterações na forma de inserção dessas chefes de família monoparentais tiveram impactos no rendimento médio

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES

familiar per capita, que apresentou declínio de 25,2%, no período analisado, passando de R\$ 468, em 1988/89 para R\$ 350, em 2000/01. Além de apresentar a maior redução entre os arranjos familiares analisados, esse rendimento é o mais baixo verificado, confirmando o que estudos anteriores já apontaram: a existência de maior presença de famílias com condições de vida precárias nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres.²⁴

Considerando-se o ciclo de vida das famílias, as chefes jovens destacaram-se com a maior diminuição (40,8%) do rendimento familiar per capita no período, que passou de R\$ 260 para R\$ 154 em 2000/01. Isso revela que nessas famílias, embora as taxas de participação das chefes aproximem-se gradativamente dos homens chefes, as condições encontradas por elas no mercado de trabalho distanciam-se bastante das encontradas por eles.

Isso é verificado pela desigualdade entre o rendimento médio dos chefes homens ocupados nesse tipo de família em relação às chefes ocupadas. Em 2000/01, essas recebiam R\$ 664, o que equivalia a 48,9% do rendimento deles.

As chefes jovens ocupadas foram as que apresentaram maior declínio do rendimento médio (29,8%), no período, atingindo a mais baixa remuneração (R\$ 494, em 2000/01) observada entre as mulheres – cônjuges e chefes – analisadas.

A contribuição das chefes na massa de rendimento das famílias monoparentais correspondia a 36,9% no final da

década de 80, passando para 51,4%, no período recente. Embora com declínio no período, a participação dos filhos na massa de rendimento das famílias monoparentais ainda era elevada e passou de 56,5% para 42,4%. Na ausência do cônjuge, os filhos, em especial, e outros parentes, em menor grau, dividem com as chefes a responsabilidade pela manutenção da família.

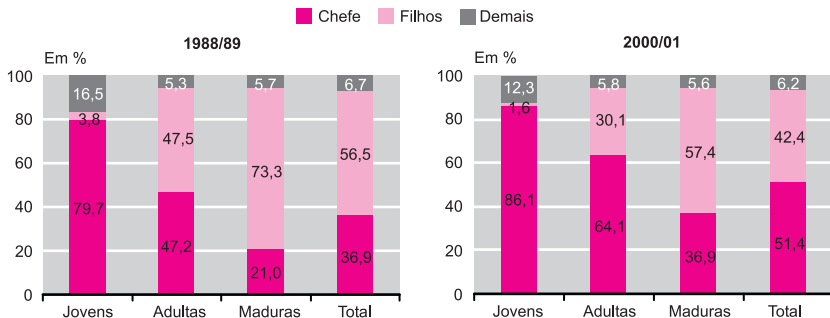
No entanto, essas contribuições são bastante diferenciadas por ciclo de vida: nas famílias cujas chefes são mais jovens, em que predominam filhos mais novos – com até nove anos – elas contribuíam com 86,1% da massa de rendimento familiar em 2000/01, e, em 1988/89, com 79,7%. Esse aumento da contribuição das chefes deu-se em contraponto ao declínio da participação dos demais parentes da família.

Já entre as famílias adultas, a contribuição das chefes e a dos filhos eram quase equivalentes, ao final da década de 80, correspondendo, cada uma delas, a aproximadamente 47%, enquanto, em 2000/01, as chefes ampliaram sua participação para 64,1% e os filhos tiveram decréscimo para 30,1%.

Tal como identificado nos casais com filhos, nas famílias monoparentais a contribuição dos filhos também é superior nas famílias maduras, em razão, possivelmente, de serem mais velhos, ainda que essa participação tenha apresentado diminuição na última década. Nas famílias chefiadas por mulheres de 50 anos e mais, os

24. Ver, em especial, Famílias Chefiadas por Mulheres, 1994.

Gráfico 2
Contribuição dos Membros da Família na Massa de Rendimento Total Familiar (1) para as Famílias Monoparentais Chefiadas por Mulheres (2), por Ciclo de Vida das Famílias Região Metropolitana de São Paulo 1988/89-2000/01



Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos, cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Inflator utilizado: ICV do Dieese.

(2) Consideraram-se as famílias com ou sem parentes. Incluem-se as famílias cuja idade da chefe não foi declarada.

filhos contribuam com 73,3% da massa do rendimento familiar, em 1988/89, passando para 57,4%, em 2000/01. Esse

declínio ocorreu simultaneamente ao aumento da contribuição das chefes (de 21,0% para 36,9%).

MULHERES QUE MORAM SOZINHAS

Mulheres jovens e adultas que moram sozinhas têm a maior taxa de participação no mercado de trabalho

As mulheres representavam 5,3% do total de pessoas que moravam sozinhas e os homens, 4,8%, em 2000/01. É importante destacar que prevalecem, entre as mulheres que residem sozinhas, as com 50 anos e mais (63,6%).

Entre os chefes homens, em 2000/01, 69,9% encontravam-se ocupados e 20,0%, inativos, percentuais pouco menores que os registrados em 1988/89.

Já entre as mulheres, a proporção de inativas diminuiu ao longo da década – de 53,8% para 50,8% –, mas continua superando a de ocupadas (44,5%, em 2000/01). Analisando-se por ciclo de vida, observa-se que entre as jovens e as adultas a taxa de participação é bastante elevada, atingindo, em 2000/01, 93,5%, entre as jovens, e 88,8% entre as adultas, com pequena oscilação po-

sitiva em relação aos percentuais registrados em 1988/89. No entanto, a taxa de participação das maduras permaneceu em patamar bastante inferior (25,4%).

Comparando-se as taxas de participação das chefes sozinhas jovens e adultas com a das cônjuges sem filhos – 76,3% para as jovens e 69,3% entre as adultas –, nota-se que ainda são bastante superiores, aproximando-se mais das taxas de atividade das mulheres chefes com filhos (88,9% e 82,5%, respectivamente), uma vez que em ambos os casos a responsabilidade pelo sustento do domicílio recai sobre elas. Responsabilidade tanto para as chefes sozinhas, porque não têm com quem dividir as despesas, como para as chefes das famílias monoparentais, porque suas responsabilidades são maiores.

Taxa de desemprego é a menor entre as mulheres analisadas

Quando se analisam as taxas de desemprego, entretanto, observa-se que a das chefes sozinhas (9,6%) é bastante inferior à das chefes com filhos (15,7%), bem como a das cônjuges, em casais sem filhos (17,1%). Desse modo, pode-se dizer que as mulheres jovens e adultas que moram sozinhas têm participação na força de trabalho próxima à das chefes com filhos na mesma faixa etária, evidenciando a necessidade de sobrevivência e manutenção do domicílio de ambos os seg-

mentos. No entanto, quando participam do mercado de trabalho, deparam-se com situação diferenciada, já que as chefes com filhos defrontam-se mais frequentemente com a situação de desemprego que as chefes sozinhas e essas parecem encontrar situação de ocupação mais favorável, com melhores rendimentos e condições de trabalho, muito provavelmente em razão do maior grau de escolaridade delas, entre outros motivos.

Rendimentos das mulheres que moram sozinhas são os mais elevados

O rendimento médio das famílias unipessoais femininas apresentou o menor decréscimo (7,6%) entre os arranjos familiares analisados, passando de R\$ 868 para R\$ 802 entre 1988/89 e 2000/01.

As chefes jovens nas famílias unipessoais passaram a auferir rendimento de R\$ 966, em 2000/01. Entre as adultas e as maduras, esses valores equivaliam a, respectivamente, R\$ 1.292 e R\$ 617, no mesmo período.

Considerando-se somente as ocupadas, seus rendimentos tiveram declínio de 22,6%, passando a corresponder, em média, a R\$ 1.105, valor que equivalia a 85,4% do rendimento auferido pelos homens que moravam sozinhos, em 2000/01. Destaque-se que entre os jovens o rendimento de mulheres ocupadas (R\$ 1.121) ultrapassa o valor recebido pelos homens (R\$ 1.096).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Economia e Planejamento

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados



Entidades participantes

